

Documento Final do III Encontro da Retomada Aty Jovem

Ao Senhor Presidente da FUNAI

Ao Ministério Público Federal de Dourados

À Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul

Ao curso de Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu

Ao Magistério Indígena Ara Vera

À Secretaria Especial de Saúde Indígena (DSEI - MS)

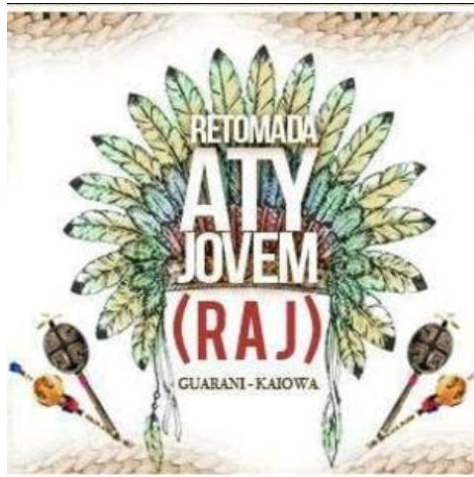
À Rede de Proteção aos direitos das crianças de MS

Nós, jovens Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul, juntamente com as lideranças de nossos tekoha, Ñandesy e Ñanderu reunidos no III Encontro da Retomada Aty Jovem realizado entre os dias 10 a 14 de setembro na Reserva Indígena Porto Lindo, no município de Japorã, no Cone Sul de Mato Grosso do Sul com mais de 400 participantes para discutir, elaborar pautas e encaminhamentos voltados aos jovens kaiowa e guarani.

Estiveram presentes jovens de outros povos, como da etnia Tukano e do estado do Amazonas, jovens do estado de Piauí e Ceará e também de outros países, como Argentina e Alemanha que vieram somar e nos apoiar em nossa luta.

Nesses quatro dias os jovens debateram temas como Educação, Saúde, Demarcação de terras, o direitos dos jovens indígenas e o acesso as políticas públicas em seus Tekoha. Com gritos de ordem, diziam: JOVENS UNIDOS PELA EDUCAÇÃO, SAÚDE E DEMARCAÇÃO. Em grupo os jovens debateram o que





gostariam como políticas públicas de suas aldeias e áreas indígenas em processo de demarcação, o sagrado Tekoha kaiowa e guarani.

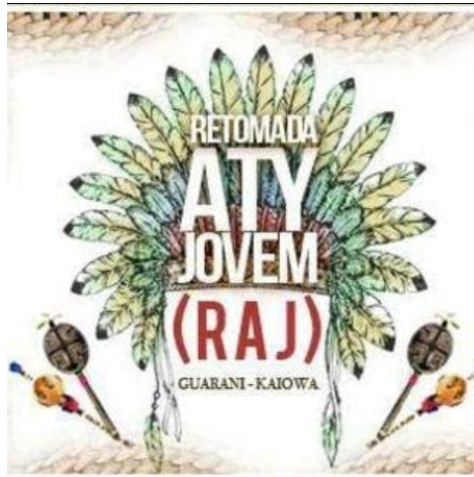
A constituição brasileira de 1988, o Estatuto do ECA, o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2007 entre FUNAI e MPF para a demarcação de nossas terras), a PEC 215, o Marco Temporal, a portaria da AGU 001/2017, os materiais traduzidos em relação ao direito da mulher, o setembro amarelo, o discurso violento de ódio, de preconceito e discriminação do Estado, a transparência nos processos de demarcação de terras indígenas foram temas debatidos na conjuntura atual da política em nosso país.

A Constituição brasileira, no artigo 231 e 232 garantem os direitos dos povos indígenas, porém nós jovens questionamos que há muito tempo esses direitos não vem sendo exercido pelo Estado brasileiro, diante deste retrocesso o resultado é de muita violência no campo, nas aldeias, acampamentos, universidades e todos os espaços onde os jovens frequentemente enfrentam e sentem-se cercados pela bancada da farda, da bíblia, da bala e do boi, a bancada ruralista.

Os órgãos indigenistas que nos atendem todos vêm sendo massacrados pelo executivo, legislativo e judiciário, assim como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena). Ambas cada vez mais atacadas, seus orçamentos reduzidos e o avanço da terceirização, diante disso os jovens repudiam o discurso do Estado e as ações cada vez menores com os povos indígenas e a maneira absurda como vem acontecendo os retrocessos dos direitos do povo Kaiowá e Guarani. Enquanto tentam lentamente acabar com os órgãos indigenistas, a bancada ruralista segue pautando leis no congresso nacional de ataque aos nossos direitos. O retrocesso é grande, violento e é a prática do genocídio do nosso povo kaiowa e guarani vem acontecendo cotidianamente.

O processo de demarcação não tem tido retorno, não há transparência e a TAC tem prazo para ser cumprido, mas os prazos vencem todos os anos e não se tem retorno





a comunidade indígena. Enquanto isso, a monocultura, as empresas, indústrias seguem bilionárias em cima de terras indígenas e os Tekohas seguem sem água potável para todos, nascentes envenenadas, terra prejudicada pelo uso excessivo de agrotóxico, dificuldade de acesso as políticas publicas nos Tekohas.

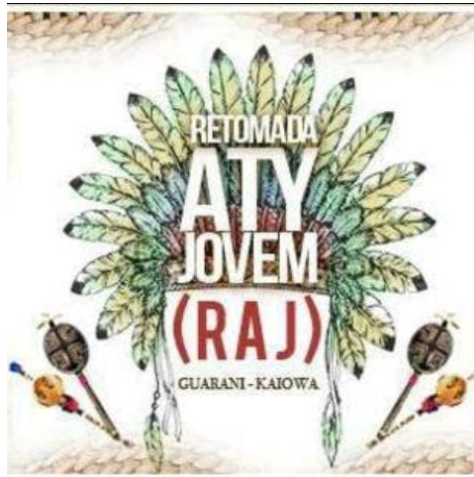
Isso tem contribuído para muitas questões que os jovens trouxeram assim como a bebida alcóolica, drogas, evasão escolar, suicídio, genocídio, desemprego em alta, dificuldade de acesso a universidade.

Os jovens kaiowa e guarani afirmaram que o modo de vida que se tem nas reservas é o objetivo do estado para nos controlar, mas esses espaços, como o da Retomada Aty Jovem, aprendemos com os jovens da retomadas que precisamos lutar, que não podemos afirmar o discurso do ódio, preconceito e discriminação do Estado.

A reserva criada no governo Getúlio Vargas não é nosso espaço, nossos antepassados não desejaram morar em pequenos espaços criados pelo governo, em um confinamento como num chiqueiro controlado pelo Estado. Vemos e Vivemos as conseqüências de tudo isso em nosso cotidiano. Queremos que os nossos direitos não fiquem apenas no papel, o retrocesso é diário e nós queremos a garantia do que é nosso na prática.

Nós indígenas defendemos e apoiamos todos os parentes indígenas que estão pleiteando uma vaga no congresso nacional, a necessidade de se formar uma bancada indígena é urgente, pois todas as leis atuais são feitas pelos não indígenas e o nosso povo pouco é escutado e não é consultado em relação as leis que falam de nós, de nosso modo de se organizar, de como nós queremos que aconteça as políticas publicas para o nosso povo. São construídas cartilhas, são traduzidas na nossa língua, um exemplo é a lei Maria da Penha, estamos cansados de afirmar que elas não protegem as nossas mulheres indígenas, a medida protetiva não faz sentido e isso se repete a cada governo porque não são construídas conosco sempre vem pronta para ser exercidas em meio ao nosso povo. Queremos deixar claro que a lei praticada na cidade não faz sentido quando





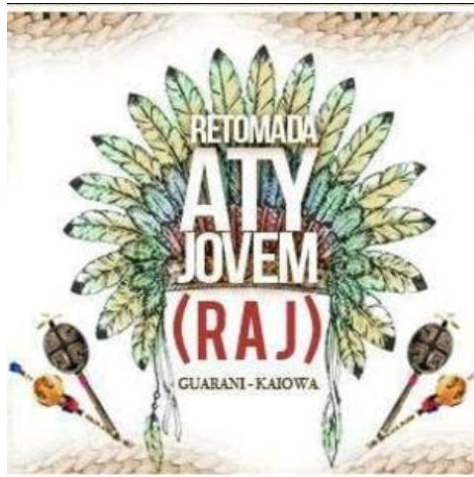
é em território indígena. Nós jovens indígenas questionamos a maneira como as instituições tem trabalhado a questão do suicídio, o setembro amarelo não faz sentido para nós, o próprio estado coloca as cordas em nossos pescoços com estas leis anti indígenas e a prática constante de genocídio do nosso povo kaiowa e guarani.

Para se falar em suicídio precisamos costurar com o fortalecimento espiritual, as praticas dos psicólogos precisam ser realizadas junto as Ñandesy e Ñanderu. O suicídio pode acontecer a qualquer momento em qualquer lugar, em qualquer mês, não é suficiente apenas traduzir cartilhas, e para nós não faz sentido quando dizem que o suicídio é falta de DEUS, pois nós jovens indígenas temos nossas religiões e queremos ser respeitados diante de nossas escolhas, e a doutrina pesada da igreja também nos viola, quando ouvimos a palavra “maluco”, “drogados”, “bêbados”, isto nos ofende muito, pois não somos isso. As drogas e bebidas alcoólicas diante da nossa realidade muitas vezes tem sido a única alternativa, não é o que nós queremos, por isso é necessário que o que o poder público dialogue conosco para pensar alternativas para enfrentar esta questão entre nós.

Tudo que enfrentamos em nossos cotidianos nos viola de uma forma absurda e a cartilha do setembro amarelo e outros materiais impressos mesmos traduzidos na nossa língua tradicional não fazem sentido para nós, pois se queremos salvar a vida dos nossos jovens, precisamos de nossas terras demarcadas, isso garante a saúde, educação, lazer, etc, e pode garantir que não seremos agredidos, discriminados, violados e isolados pelas cercas de arame farpadas do estado brasileiro. É preciso que o Estado bote em prática os nossos direitos e nos dar espaços que respeitem o nosso modo de ser, e precisam nos ouvir! Queremos viver! Queremos contar a nossa história e falar por nós! O suicídio não pode ser abordado de forma irresponsável, não basta apenas o discurso bonito, precisa ser exercido.

O fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial no SUS (Sistema Único de Saúde) e comunidades necessita de formação com educação permanente no SUS, a construção com profissionais sobre o direito a medicina tradicional e a constituição do





cuidado com os Ñanderu e Ñandesy e parteiras precisa acontecer. A aproximação da rede de saúde em diálogos para atendimento nos territórios não é apenas em nível de atenção básica, mas em atenção especializada, pois não contempla a nossa necessidade de acordo com o nosso modo de ser kaiowa e guarani, a rede precisa pensar no atendimento itinerante para atuar junto da atenção básica que se encontra sobrecarregada e sucateada.

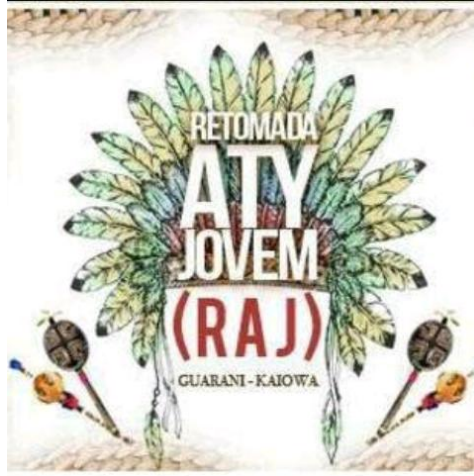
A juventude indígena quer uma rede de atenção psicossocial (RAPS) baseada em nosso modo de ser kaiowa e guarani que hoje não existe, e nós jovens indígenas kaiowa Gurani defendemos o fortalecimento dos direitos sociais.

Diante de tudo relatado acima, nós jovens indígenas viemos exigir que:

Saúde indígena:

- A importância dos remédios tradicionais e as práticas de aproximação dos profissionais com os Ñanderu, Ñandesy, Parteiras precisam ser costuradas, eles são nossos doutores nativos;
- Que os nossos remédios tradicionais sejam adicionados ao tratamento do não indígena quando se trata de atendimento aos povos indígenas, pois nossos corpos são diferenciados e o que cura as nossas doenças são os nossos remédios;
- Mais diálogo sobre o nosso corpo, sobre a menstruação, sobre a prevenção a uma gravidez indesejada;
- A água é um direito que nós temos, ela precisa ser preservada, pois se envenenada não dá para ser consumida, água potável é um direito nosso;
- Capacitação diferenciada para o agente de saúde indígena;





- Não a terceirização na saúde indígena;
- Valorização do profissional indígena dentro da SESAI;
- Formação de mais indígenas nas áreas da saúde.
-

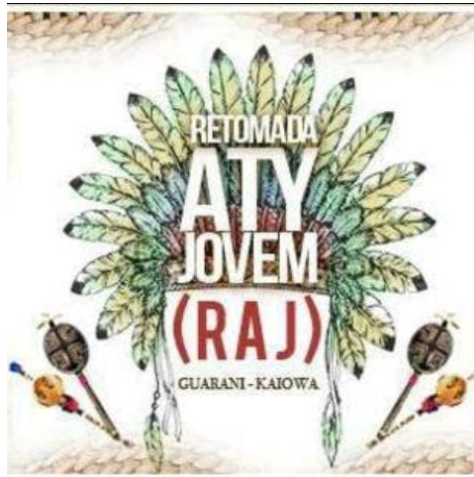
Políticas Públicas

- É preciso garantir a segurança pública dentro das aldeias para que nós possamos viver nossa vida com liberdade;
- Conferências sobre segurança pública na concepção kaiowa e guarani;
- CRAS e CREAS indígenas nas comunidades, pois hoje está muito distante das famílias que necessitam andar quilômetros para chegar a receber atendimento;
- Não queremos ações de servidão e sim de garantias de direitos, os profissionais precisam de formação para ouvir a comunidade e a aprender o que entendemos como garantia de direitos para não sofrermos mais violações, para melhor compreensão da família indígena guarani e kaiowa;
- As delegacias ainda não têm interprete para expressão na língua materna e mais respeito nos direitos da vítima, para que ela não sofra múltiplas violências;

Educação

- A universidade é um território ainda a ser ocupado pelos Kaiowá e Guarani. Essa ocupação deve considerar a necessidade de implantar cursos específicos e diferenciados, tanto para a formação de professores quanto para as mais diversas áreas do conhecimento. Precisamos de profissionais nas áreas da saúde, do direito, das ciências da terra e da natureza, das exatas, linguagem e da educação. É necessário, também, fortalecer a presença dos estudantes kaiowá e guarani que estão nos cursos não

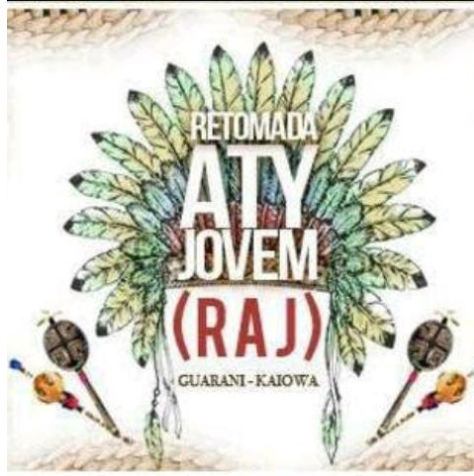




específicos, fortalecendo neles o movimento social por direitos indígenas.

- Os jovens guarani e kaiowá devem ter as suas especificidades atendidas nos cursos, no que se refere à presença de mães, de alimentação, de local de acolhida quanto precisem desenvolver atividades na cidade e não possa retornar para a aldeia. Da mesma forma, os cursos não específicos devem atender para proporcionar condições para a presença dos estudantes, oferecendo monitorias que favoreçam a permanência, através de programas que considerem essas especificidades.
- Os cursos presenciais podem e devem ser ocupados pelos jovens kaiowá e guarani. Da mesma forma, os cursos cujos projetos já foram elaborados, como o de Pedagogia e Gestão Territorial (UFGD) e o de Agroecologia (UEMS) devem ser implantados e oferecidos, ampliando a possibilidade de formação.
- É preciso garantir que os professores nas escolas indígenas sejam das próprias comunidades nas quais vão desenvolver o trabalho, a partir das necessidades de sua aldeia ou acampamento.
- A educação nos dias de hoje dentro das comunidades indígenas deve conciliar as duas formas de educação que envolvem o tradicional, o científico e o tecnológico.
 - O espaço escolar é fundamental onde se forma opinião e o senso crítico, o qual deve ser respeitado a educação tradicional e o jeito de ser guarani e kaiowa.
 - Os professores precisam de formação que respeite suas tradições, se tem conquistado muitos espaços dentro das universidades como UEMS e UFGD.
 - Os movimentos como Aty Jovem e Aty Guasu, movimentos de professores, existem com o objetivo de fortalecer a resistência do povo kaiowa e guarani.
 - Os Ñanderu e Ñandesy são as nossas referencias de luta e





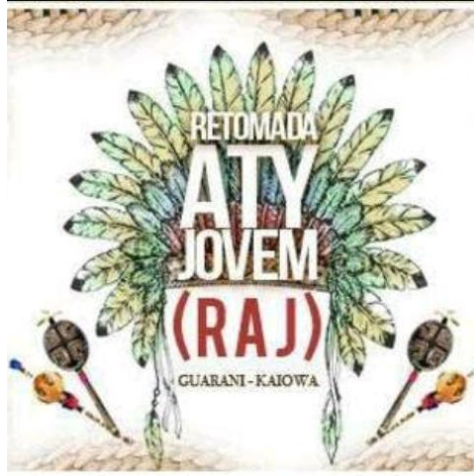
resistência.

- O jovem guarani e kaiowa deve ouvir e respeitar os mais velhos
- A importância de entender ou conhecer as leis que garantem
- Exigimos que a bolsa permanência do MEC (Ministério da Educação) vire um projeto de lei, e que todos (as) acadêmicos (as) tenham acesso à bolsa, pois é a garantia da permanência de indígenas dentro da universidade.
- Nas universidades e nas escolas municipais e estaduais precisam ter disciplinas que estude o direito indígena e a questão indígena acompanhados de Nhandesy, Nhanderu e parteiras;

Território indígena

- Demarcação e homologação dos Tekohás;
- Fim do Marco Temporal;
- Os jovens Guarani Kaiowá são contra a Pec 215;
- A Retomada Aty Jovem é contra a portaria da AGU 001/2017, exigimos a revogação imediata;
- Os jovens repudiam o discurso de ódio, preconceito e discriminação do estado contra os povos indígenas;
- Não temos conhecimento e nem como está os processos que falam sobre a demarcação, exigimos transparência no processo de demarcação;
- Manutenção e fortalecimento dos órgãos indigenistas que atualmente se encontram sucateados;





- Retomada Aty Jovem é contra toda a violência no campo, nos acampamentos e em cada Tekohá.

Rede de jovens Kaiowá Guarani

- Em cada Tekohá será construído um grupo de jovens, os mesmos irá acompanhar o movimento Kaiowá e Guarani com lideranças locais, Nhandesys e Nhanderus e parteiras;
- Haverá uma rede de comunicação de jovens Kaiowá Guarani do Conesul de Mato Grosso Do Sul que será construída pela **Retomada Aty Jovem (RAJ)**, está rede terá um canal de youtube e uma pagina nas redes sociais, essa é a forma de acompanhar, organizar e fortalecer a juventude Kaiowá e Guarani.

**JOVENS KAIOWÁ E GUARANI UNIDOS PELA SAÚDE, EDUCAÇÃO
E DEMARCAÇÃO!**

O DIREITO A VIDA!

JUVENTUDE KAIOWÁ GUARANI RETOMADA ATY JOVEM

